



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 13/2025 - PROJUR

Parecer oriundo do Setor de Licitações referente a proposta comercial apresentada pela empresa BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA, no Processo de Licitação nº 01/2025-FMS, Modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2025-FMS. Contratação nº 900112025.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consultante do Setor de Licitações, através do despacho nº. 30 do Processo Administrativo nº 20/2025, solicita análise e parecer quanto à aceitabilidade da declaração de exequibilidade apresentada pela empresa BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA, no Processo de Licitação nº 01/2025-FMS, Modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2025-FMS. Contratação nº 900112025, informou que o objeto foi licitado por R\$ 2.051.952,17 e vencido pela empresa BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA por R\$ 1.404.900,00, ou seja, 68,4% do valor orçado pela Administração.

É breve o relatório.

2. DO PARECER

Primeiramente cabe ressaltar que a presunção de inexecuibilidade da proposta trata-se de uma presunção relativa e não absoluta conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, exaurado em diversos acórdãos, vejamos:

Trecho do voto do relator BENJAMIN ZYMLER Acórdão 1508/2024, de 31 de julho de 2024, TCU-Plenário.

5. Como já tive oportunidade de expor no [Acórdão 803/2024-TCU-Plenário](#), considero correta a interpretação da unidade técnica de que a **regra de inexecuibilidade presente no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 não representa uma presunção absoluta, devendo ter sua interpretação compatibilizada com o disposto no inciso IV do caput e no § 2º do mesmo artigo, o qual prevê a possibilidade de realização de diligências para sanear dúvidas sobre eventual inexecuibilidade da proposta.** (grifo nosso).

Ainda, citamos trecho do voto do relator WEDER DE OLIVEIRA Acórdão 1374/2024, de 10 de julho de 2024, TCU-Plenário.

A Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) constatou a existência de indício de irregularidades configurado pela desclassificação imediata das propostas apresentadas pelas licitantes, com valor inferior ao limite de 75% do orçamento elaborado pela administração, sem a promoção das diligências, previstas no art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, em afronta à jurisprudência desta Corte de Contas[footnoteRef:5]. [5: Súmula TCU 262; Acórdão 465/2024-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Augusto Sherman; 2088/2024-TCU- 2ª



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Câmara, de relatoria do ministro Augusto Nardes; 1244/2018-TCU-Plenário, de relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer; 2528/2012-TCU-Plenário, de relatoria do ministro André Carvalho; 1079/2017-TCU-Plenário, de relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer; e 1161/2014-TCU-Plenário, de relatoria do ministro José Jorge.] (grifo nosso).

Contudo, a empresa apresentou declaração de exequibilidade da proposta declarando que:

[...]

a empresa declara que o valor ofertado é plenamente exequível, tendo em vista as condições financeiras e estratégias mercadológicas que a empresa possui bem como que os preços fixados são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, compreendendo todas as despesas concernentes à elaboração e execução do projeto.

[...]

Conforme mencionado pela empresa na declaração de exequibilidade apresentada, a empresa já executou alguns contratos para o Município de Schroeder e ao que se infere não há motivos para desabonar a execução dos referidos contratos.

Ademais, a empresa se disponibilizou a oferecer a garantia adicional da proposta nos termos do artigo, 59, §5º, da Lei 14.133/2021.

Desta forma, sugere-se pela classificação da proposta comercial apresentada pela empresa BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA.

3. CONCLUSÃO

Diante da fundamentação exposta, esta procuradoria **SUGERE** pela **CLASSIFICAÇÃO** da proposta comercial apresentada pela empresa **BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA**.

Ainda, **SUGERE** que caso a decisão seja pela classificação da proposta apresentada que o setor responsável solicite garantia adicional da proposta, conforme disposto no item nº 6.8.4 do edital e no artigo 59, § 5º, da Lei 14.133/2021.

É o parecer.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2025.

DIEGO AUGUSTO BAYER
Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES
Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105